



1758  
197

Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Pernambuco  
Gabinete de Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0129136-9 – PALMARES - PE  
APELANTE: HERCULANO JOSÉ DE SOUZA DUARTE  
ADVOGADO: ELI ALVES BEZERRA  
APELADO: JOSÉ DANIEL DA SILVA  
ADVOGADO: LUIZ ANTÔNIO MARQUES DE MELO  
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

5506  
**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NÃO VERIFICADA A OCORRÊNCIA DE ÍLICITO CAPAZ DE ENSEJAR A REPARAÇÃO. PRELIMINARES REJEITADAS. NEGADO PROVIMENTO AO APELO. MANTIDA A SENTENÇA.

**DECISÃO:** “À UNANIMIDADE DE VOTOS, FOI REJEITADA A PRELIMINAR DE NULIDADE, POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA; POR UNANIMIDADE DE VOTOS, FOI NEGADO PROVIMENTO AO APELO, MANTENDO INCOLUME A SENTENÇA”.

**DATA DO JULGAMENTO:** 10 de dezembro de 2009. 4

176 B

193

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0129136-9, em que figura como apelante HERCULANO JOSÉ DE SOUZA DUARTE e como apelado JOSÉ DANIEL DA SILVA, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos em rejeitar a preliminar de nulidade, por cerceamento do direito de defesa. Por unanimidade de votos, foi negado provimento ao apelo, mantendo incólume a sentença. Tudo de acordo com os votos escritos anexos e nota taquigráfica que integram o presente aresto.

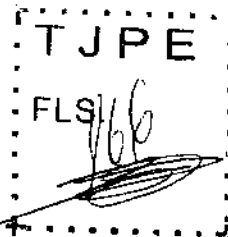
Recife, 10 de dezembro de 2009.

*Adalberto de Oliveira Melo*  
DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
RELATOR

Acp



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO



199

APELAÇÃO CÍVEL Nº 129136-9 – PALMARES-PE  
APELANTE: HERCULANO JOSÉ DE SOUZA DUARTE  
ADVOGADO: ELI ALVES BEZERRA  
APELADO: JOSÉ DANIEL DA SILVA  
ADVOGADO: LUIZ ANTONIO MARQUES DE MELO  
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

HERCULANO JOSÉ DE SOUZA DUARTE promoveu Ação de Indenização por Danos Morais, contra JOSÉ DANIEL DA SILVA, com o intuito de compelir o Réu à reparação pecuniária pelo fato de haver caluniado e difamado o Autor, inclusive com cueixa levada à autoridade policial, indicando que o Autor estaria espiando o interior da casa do Réu, com objetivos voluptuosos.

Alega o Autor que no dia 26.02.2004, por volta das 22:30 h, quando o Autor estava dormindo em sua residência, foi acordado de forma brusca pela filha, indicando que policiais militares estariam procurando por ele, por denuncia formulada pelo Réu, sendo grande o aparato policial, causando grande constrangimento ao Autor, homem de comportamento ilibado e conhecido na comunidade.

Aduz ainda, que o pior, se deu pelo fato do assunto ter sido divulgado por emissora de rádios local, restando tormentosa a vida do Apelante e da sua família, que assistiu o desenrolar da investida policial. Para comprovação do alegado trouxe aos autos CD-ROM com gravação do fato noticiado nas rádios.

A/a

O Réu apresentou contestação em audiência, fs. 44/45, aduzindo que a assistência judiciária não deveria ter sido deferida, uma vez que, o Autor reúne condições de quitar as custas do processo, pois além de servidor público, é comerciante do ramo de farmácia. Contestou alegando que os fatos articulados pelo Autor, aconteceram, porém com o Réu e sua Família, pois sua esposa estaria tomando banho quando foi espionada pelo Autor, inclusive removendo telhas da casa do Réu, o que ocasionou o chamamento da Polícia.

O Réu na mesma oportunidade apresentou reconvenção, fs. 33/34, reproduzindo parte dos documentos oferecidos na contestação, indicando que os fatos narrados na inicial aconteceram, porém com ele, pugnando pelo insucesso da medida, requerendo o Autor nos consectários legais.

O Autor ofereceu Réplica, fs. 44/45, alegando em preliminar a prova fotográfica, uma vez que esta desacompanhada das películas negativas, insistindo nos termos da exordial.

Designada a audiência de conciliação, para o dia 21.10.2004, conforme, não obteve êxito, embora o Autor acenou com a possibilidade para colocar fim ao processo, tendo que o demandado desmentir publicamente via rádio as denúncias que o fez, dispensando-se qualquer verba indenizatória, o que não fora aceito pelo Réu, fs. 55.

Designada a audiência de instrução e julgamento, para o dia 02.12.2004, conforme fs. 63, nesta oportunidade foram ouvidos o Autor e Réu, bem como 04 (quatro) das seis testemunhas arroladas pelo Autor, parte da prova testemunhal do Demandado, o advogado do Réu requereu designação de nova audiência de instrução e julgamento para ouvida das testemunhas arroladas pelo Réu, bem como da testemunha referida na oportunidade da oitiva, sendo designada para o dia 19.04.2005, fs. 92.

O Autor ofereceu alegações finais, fs. 107/110.

O Réu apresentou suas alegações, fs. 113/115, aduzindo em preliminar a intempestividade das razões finais oferecidas pelo Autor.

Adveio à sentença, fs. 117/129, julgando improcedente, o pedido do Autor, dando procedente o pedido de reconvenção, restrito à condenação do Autor ao

TJPE  
FLS. 160

201  
julgamento das custas, despesas e à verba honorária no percentual de 10% sobre o valor da inicial.

Inconformado o Autor/Apelante interpôs apelação, fs. 135/140, requerendo a reforma de decisão, julgando procedente a ação, com a condenação do Apelado, em todos os pedidos formulados na inicial, em especial, a reparação de dano moral e material.

A apelação foi recebida em seu duplo efeito (f. 142).

Em suas contra-razões, às fs. 146, o Réu/Apelado suscita pela manutenção da sentença recorrida.

É o relatório.

A douta revisão.

Recife, 06 de outubro de 2009.

*Adalberto de Oliveira Melo*

DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

RELATOR

A/a



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

102 / 177 B

APELAÇÃO CÍVEL Nº 129136-9 – PALMARES-PE  
APELANTE: HERCULANO JOSÉ DE SOUZA DUARTE  
ADVOGADO: ELI ALVES BEZERRA  
APELADO: JOSÉ DANIEL DA SILVA  
ADVOGADO: LUIZ ANTONIO MARQUES DE MELO  
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO

PRELIMINARMENTE: NULIDADE PROCESSUAL.

Apesar do Apelante ter pugnado pela nulidade do processo, por não ter realizado o juízo *a quo* a oitiva de testemunhas essenciais solicitadas pelo recorrido e referidas nos depoimentos das outras testemunhas, entendo que não ocorreu nenhum tipo de afronta ao contraditório, nem tão pouco a ampla defesa, princípios basilares do Processo Civil.

Não pode prosperar a preliminar de nulidade do processo oposta pelo Apelante, pois, observo que os fatos relevantes à solução do conflito já se encontram, suficientemente comprovados nos autos do processo, de molde que as provas produzidas em audiência foram às necessárias.

Pelo exposto, rejeito a referida preliminar.

A/a

4

203

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 129136-9 - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMARES

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
REVISOR: DES. CÂNDIDO J. F. SARAIVA DE MORAES  
APELANTE: HERCULANO JOSÉ DE SOUZA DUARTE  
APELADO: JOSÉ DANIEL DA SILVA

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de apelação interposta contra sentença (fls. 117/129) que julgou improcedente a Ação de Indenização por Danos Morais proposta pelo Apelante, por ter restado comprovado durante a instrução processual que o mesmo realmente se encontrava na situação de espionagem do interior da casa do demandado (fls. 121); e procedente a Reconvenção ofertada pelo Apelado, restrita à condenação sucumbencial.

Preliminarmente, o Apelante arguiu a nulidade da sentença ante o cerceamento do seu direito de defesa, consubstanciado no deferimento da desistência da oitiva de testemunha arrolada pelo Apelado, durante a Audiência de Instrução e Julgamento (fls. 104/105).

Sustentou que a testemunha foi referida por diversas vezes durante os vários depoimentos constantes dos autos, não prescindindo de sua audição, vindo tal fato causar dano irreparável à defesa do autor.

**PRELIMINAR DE NULIDADE POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA**

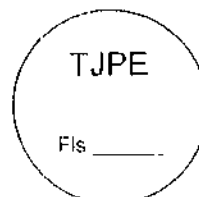
Ora, de plano, destaco que a presente preliminar não merece ser acolhida. Explico.

V. 129136-9 - 1ª - 1969

1  
2



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Soares de Moraes



O direito à disponibilização da produção da prova testemunhal foi exercido pelo Apelado, embora tenha sido anteriormente requerida e deferida, não havendo como se admitir a alegação de cerceamento do direito de defesa do Apelante.

Neste sentido, é a jurisprudência do C. STJ, verbis:

.....

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NOVAS PROVAS. APRECIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. PROVAS. VALORAÇÃO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. PROVAS. PRODUÇÃO. DISPONIBILIDADE. DESISTÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. PROVAS. REVISÃO. RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 05 E 07 DO STJ.

- Os arts. 397 do CPC e 141, II, do RISTJ não autorizam pedido de análise de novas provas, juntadas apenas com o recurso especial e mesmo posteriormente a este. Tal providência não encontra abrigo dentro das peculiaridades dos recursos de índole extraordinária, porque mesmo as provas e contratos já examinados pelas outras instâncias não podem ser valorados pelo STJ.

- A atribuição de efeitos modificativos aos embargos declaratórios é possível apenas em situações excepcionais, em que sanada a omissão, contradição ou obscuridade, a alteração da decisão surja como consequência lógica e necessária.

- o Tribunal não está obrigado a julgar a questão posta a seu exame nos termos pleiteados pelas partes, mas sim com o seu livre convencimento, consoante dispõe o art. 131 do CPC, utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso.

- Tendo o recorrente feito valer a disponibilidade do direito à produção de provas, abrindo mão daquelas que, embora anteriormente requeridas e deferidas, até então não haviam sido produzidas, não há como admitir a sua alegação de cerceamento de defesa, apenas porque lhe sobreveio sentença desfavorável.

- As Súmulas nºs 05 e 07 do STJ vedam o reexame do substrato fático probatório dos autos no âmbito do recurso especial.

Recurso especial não conhecido.

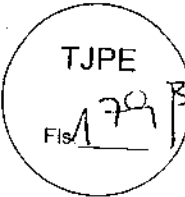
(REsp 810.667/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/10/2008, DJe 05/11/2008).

.....





Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Assim, não caracterizado o cerceamento do direito de defesa do Apelante - Autor da ação -, mormente pelas provas serem suficientes para o deslinde da questão, o inadcolhimento da presente preliminar é medida impositiva.

Isto posto, **REJEITO** a preliminar suscitada.

É como voto.

Recife, 10/1/2014

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Revisor



180 B

206

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

PRELIMINAR: NULIDADE PROCESSUAL POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE E REVISOR)

Rejeito a preliminar.

Peço o voto do Desembargador Alberto Virgínio.

---

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO

Rejeito a preliminar.

---

DECISÃO

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, FOI REJEITADA A PRELIMINAR DE NULIDADE, POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA."

---

fs

fs

181 93  
307

MÉRITO

A presente ação fora intentada pelo Autor com o fito de ver-se ressarcido pelos danos morais sofridos com as alegações caluniosas por parte do Apelado, bem como pelo fato de ter prestado uma queixa na delegacia, caluniando e difamando o Apelante, fato constrangedor, configurado em espiar a casa do Apelado, com objetivos voluptuosos.

Desta feita, a liberdade de manifestação do pensamento, deve ser limitada quando esbarra em direito de terceiro, para tanto o legislador impõe certos freios e responsabilidades.

Porém o que vemos no caso *sub judice* é que os fatos alegados pelo Apelante, não corroboram com o declarado na exordial, uma vez que suas próprias testemunhas não lhe socorreram. Uma vez que ao analisar os depoimentos das partes, bem como dos policiais que atenderam a ocorrência, realmente confirmaram a espionagem no interior da casa do Apelado, tanto que a saída fantasiosa, por parte do Apelante, de que estaria afugentando gatos que estavam incomodando em nenhum momento ficou configurado, a não ser pelo seu próprio depoimento, uma vez que os policiais ao chegarem ao local indicado flagraram o Apelante em cima do muro.

Como é de grande salutar, a palavra do policial deve ter presunção de que agem nos atos de ofício, escorreitamente não se podendo ofensivamente presumir que as peças que ofereçam a justiça sejam falsas, tendo por escopo inculpar inocentes, não sendo admissível que a autoridade policial leve a capacidade teatral de criar a versão apenas para prejudicar o Apelante.

Em relação à reparação do dano moral, não vejo qualquer situação que mereça tal reparação, uma vez que não ficou configurado, nem tão pouco comprovado, o dano moral sofrido pelo Apelante, a não ser pela publicação do ocorrido nas rádios, porém isto não podemos imputar a culpa ao Apelado.

Em resumo, o Apelante nada conseguiu comprovar, com provas documentais ou testemunhais, não provou ter sido caluniado ou difamado, tendo ambas as suas

A/a

-5-

6

129136-3

182/3  
203

testemunhas afirmado, também, que, no momento do fato não estavam no local, que ficaram sabendo por terceiros. (grifo)

Assim, não estão demonstrados os atos ilícitos por parte do Apelante, e o dano morai aventado pelo Apelado, de forma que correta a r. sentença *a quo* ao negar-lhe o pedido de indenização.

A meu ver descabe a reforma da sentença recorrida.

Ante estas considerações, NEGO PROVIMENTO ao apelo, mantendo, na íntegra, a sentença.

É como voto.

Desembargador Relator

Recurso

A/a

6  
7

209

**MÉRITO**

Quanto ao mérito, cinge-se a questão em saber se o Apelante se desincumbiu do ônus de provar os fatos constitutivos do seu direito.

Contudo, seu inconformismo não merece prosperar.

A matéria discutida nos autos foi analisada com acuidade e justeza pelo Magistrado singular, motivo por que, visando a evitar desnecessária tautologia, peço vânia para transcrever a ementa da sentença, adotando-a como razões de decidir, in verbis:

.....  
*"Ação indenizatória objetivando o pagamento de verba de reparação por danos morais, em razão de calúnias e difamação, atribuindo-se ao autor o ato de espionar a casa do demandado, com fins voluptuosos.*

*Inversão dos fatos, justificando o acolhimento do pedido reconvenicional.*

*Não pode alegar danos morais que dá causa à reprimenda do vizinho, que - e foi mais de uma vez - procura a autoridade policial para reclamar da invasão de privacidade. Não pode esse comportamento ser objeto de reparação, com vantajoso e indevido enriquecimento.*

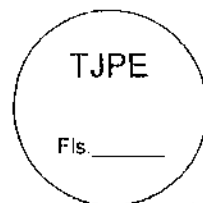
*Quem se coloca em perigo, não pode alegar prejuízo.*

*Improcedência do pedido. Procedência do pedido reconvenicional". (g.n.)*  
.....

Em complementação, cumpre consignar que diante de duas versões totalmente antagônicas - a do Apelante, de que estava verificando a permanência de felinos no telhado; e a do Apelado, de que o Apelante estava espionando o interior de sua residência, em especial sua esposa -, competia ao Apelante demonstrar o fato constitutivo do seu direito, nos termos do art. 333, I do CPC, ônus do qual, ao concreto, não se desincumbiu, constatação que leva, inevitavelmente, ao julgamento de improcedência da ação.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido F. F. Saraiva de Moraes



A propósito do tema, oportuna a transcrição dos seguintes precedentes, verbis:

.....

"APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INJÚRIA RACISTA. NÃO CONFIGURAÇÃO. AÇÃO CRIMINAL. IMPROCEDÊNCIA. DISCUSSÃO ENTRE AS PARTES. ATO ILÍCITO NÃO COMPROVADO. DEVER DE INDENIZAR NÃO CONFIGURADO. 1. O feito sob exame diz com pedido de indenização por dano moral decorrente de ofensas racistas supostamente proferidas por um motorista da requerida. O autor disse que, no interior do coletivo da empresa ré, foi acusado pelo motorista de que sua carteira de aposentado era 'fria', chamando-lhe de 'negro burro'. A requerida, por sua vez, negou a ocorrência de tais humilhações, e alegou que quem foi desrespeitoso foi o demandante. 2. Ajuizada contra o motorista queixa-crime pelo delito de injúria, foi absolvido em primeiro e segundo graus, já tendo a sentença transitado em julgado. O fundamento da improcedência da ação penal foi não constituir o fato infração penal, nos moldes do art. 336, III, do CPP. 3. A prova dos autos é contraditória, de tal modo que não permite concluir tenha o demandante sido gratuitamente agredido pelo funcionário da ré, como alegado. Se discussão houve, foi recíproca, não restando demonstrada, ainda, a ofensa racista. 4. Não configurada a conduta ilícita praticada pelo funcionário da ré, não há falar em dever de indenizar. APELO DESPROVIDO". (Apelação Cível Nº 70015110927, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS. Relator: Iris Helena Medeiros Nogueira, Julgado em 24/05/2006). (g.n.)

.....

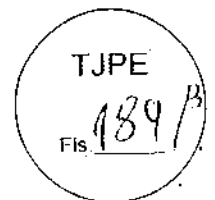
"APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. PRESSUPOSTOS DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR. ÔNUS DA PROVA. 1. Para a configuração do dever de reparar, é necessária a demonstração dos pressupostos da obrigação de indenizar, que, nos termos dos artigos 186 e 927, ambos do Código Civil, são: a conduta ilícita por parte do réu, o dano e o nexo de causalidade. 2. No entanto, o autor não logrou demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, nos termos do art. 333, I, do Código de Processo Civil. Não há um elemento sequer que aponte que a discussão ocorrida no trânsito tenha desbordado dos limites aceitáveis. 3. Dessa forma, merece ser mantida a improcedência dos pedidos. Apelação desprovida". (Apelação Cível Nº 70014695159, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS. Relator: Marilene Bonzanini Bernardi, Julgado em 14/06/2006). (g.n.)

.....

CONDOMÍNIO E VIZINHANÇA. REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONSTRUÇÃO DE MURO. ALEGADA INVASÃO DO TERRENO DA AUTORA. AUSÊNCIA DE PROVAS DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO DA AUTORA. IMPOSSIBILIDADE DE INOVAR EM SEDE RECURSAL. PRINCÍPIOS DO JUÍZ NATURAL E DA IMEDIAÇÃO. 1. Não há qualquer prova de que o ré tenha construído muro no terreno da autora, mas sim na divisa entre os dois lotes. Ademais, em sua contestação, a requerida alega ter movido a obra para local ainda mais distante da propriedade da demandante encerrando,



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido F. F. Araújo de Moraes



assim, eventual discussão em tal sentido. 2. O dano material prescinde de prova concreta, que não veio aos autos, seja na forma documental, seja na testemunhal. Ônus que incumbia à autora (art. 333, I, do CPC). Assim, a improcedência da demanda é medida que se impõe. 3. Impossível inovar em sede recursal, alegando advir o dano moral do fato de ter a demandada derrubado uma parede de um galpão da requerente, quando não há qualquer menção a tal fato na exordial. 4. Impõe-se, ainda, em circunstâncias como a do caso em apreço, em que a prova é eminentemente testemunhal, privilegiar a apreciação procedida pelo Juiz Natural da causa, tendo em conta também o princípio da imediação, já que melhores condições para valorar as provas constantes dos autos tem aquele que presidiu a produção de tais provas. Sentença confirmada por seus próprios fundamentos. Recurso improvido. (Recurso Cível Nº 71002103059, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 24/09/2009)

.....

**APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. 1. PROVA DIVERGENTE. OFENSAS RECÍPROCAS. ÔNUS DA PROVA.** Mostrando-se a prova oral colhida no curso da instrução processual divergente, não permitindo um juízo de certeza quanto à versão dos fatos narrada na exordial, inexistente o dever indenizar. Caso em que restou evidenciado nos autos a ocorrência de ofensas recíprocas, bem como que houve intolerância e má-administração do convívio profissional entre o leiloeiro (autor) e advogados da empresa (réus), o que não justifica a reparação pretendida. Fato constitutivo do direito do autor não demonstrado. Ônus que lhe competio, a teor do art. 333, I do CPC. Improcedência mantida. 2. **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MANUTENÇÃO.** No arbitramento da verba honorária deve o juiz considerar o local de prestação do serviço, a natureza da causa, o trabalho realizado pelo causídico e o tempo de trâmite da ação, tudo nos termos do art. 20, §§ 3º e 4º do CPC. Verba honorária mantida em R\$ 1.000,00 para cada um dos réus, considerando que a demanda tramita há quatro anos, a realização de audiências no curso da instrução, com inquirição de testemunhas e a interposição de agravo de instrumento, julgado por esta Corte. **APELAÇÃO IMPROVIDA.** (Apelação Cível Nº 70026063065, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Roberto Lessa Franz, Julgado em 25/09/2008).

.....

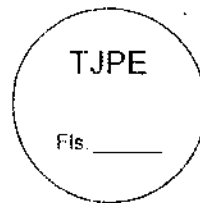
Lado outro, destaca-se que a prova testemunhal produzida foi uníssona quanto ao fato da polícia ter ido até a residência do Apelante em virtude da denúncia feita pelo Apelado de que este estava olhando a sua esposa.

Neste sentido, trago à colação os seguintes trechos de depoimentos colhidos durante a instrução processual, verbis:

.....



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



Depoimento do Apelante – Herculano José de Souza Duarte (fls. 78) – “...que realmente a polícia entrou na casa do declarante e disse que ali estava porque o demandado havia denunciado que naquela mesma noite ele declarante havia subido na casa do Daniel para olhar a mulher do mesmo Daniel, inclusive removendo telha... ”.

Depoimento do Apelado – José Daniel da Silva (fls. 80) -- “ ... que a policia chegou e realmente flagrou o autor em cima do muro, quando o policial deu voz de prisão ao autor e este imediatamente voltou para casa.. ”.

Depoimento da Testemunha -- Moacir Moreira da Silva (fls. 86) – “...que no dia dos fatos narrados na inicial ele depoente foi chamado para atender uma ocorrência e foi acompanhado do Cabo Marcelo, sendo que havia outros policiais; que chegando no endereço das partes, ele e o Cabo Marcelo que estavam fardados, pois em serviço, viram realmente o autor em cima do muro e olhando para a casa do demandado... ”.

.....

Ademais, enfatizo que testemunhas reconheceram o Apelante no momento em que estava em cima do muro de sua residência olhando para a esposa do Apelado, consoante se pode observar dos depoimentos colhidos:

.....

Depoimento da Testemunha – Carlos Roberto de Oliveira Sales (fls.83) – “que conhece a pessoa de Sebastião, apelidada ‘Nenca’, que é vizinho do depoente; que está sempre em contato com ‘Nenca’; que ‘Nenca’ realmente comentou com ele depoente que o próprio ‘Nenca’ tinha visto o autor em cima da casa, olhando para a casa do demandado; que ‘Nenca’ disse ao depoente que viu o autor nessa situação apenas uma vez; que ‘Nenca’ disse ao depoente que viu o autor brechando, e estava junto com policial... ”.

Depoimento da Testemunha – Moacir Moreira da Silva (fls. 86) – “...que no dia dos fatos narrados na inicial ele depoente foi chamado para atender uma ocorrência e foi acompanhado do Cabo Marcelo, sendo que havia outros policiais; que chegando no endereço das partes, ele e o Cabo Marcelo que estavam fardados, pois em serviço, viram realmente o autor em cima do muro e olhando para a casa do demandado... ”.

.....



213

Ainda, acerca do tema, trecho de doutrina transcrita na decisão tomada pela 9ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do RS, em apelação de nº 70013783758, verbis:

.....

*"O Poder Judiciário deve, acima de tudo, promover a paz social. Logo, o instituto da responsabilidade civil tem por princípio relevar situações que no plano fático tomem proporções capazes de justificar a reparação pecuniária. Nesse diapasão, os pequenos percalços não devem ser fomentados pelo Estado-juiz. Com brilhantismo lecionou Décio Antônio Erpen que "há que se definir, pois, o que seja intolerável e o que seja indenizável, para valorizar-se qualitativamente a atividade judicante, e não esvaziá-la de seus mais nobres e profundos objetivos através da multiplicação descontrolada de processos ou de soluções inaceitáveis(...) Se pretendemos conviver em uma sociedade pacífica, dentro dos padrões que herdamos, devemos atentar para a circunstância de que, na sociedade em geral, ocorrem os mesmos processos de integração e desintegração próprios do ser humano. O estímulo do pleito a indenizações por dano moral pode aumentar a faixa de desagregação social. É isto que ocorre, v.g., quando se promove o ódio, a rivalidade, a busca da vantagem sobre o outrem(...)".*

.....

Por fim, nessa esteira de entendimentos, não se verificou a ocorrência de ilícito capaz de ensejar a reparação por danos morais vindicada na inicial, devendo ser mantida a sentença recorrida por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Isto posto, **NEGO PROVIMENTO** ao apelo, mantendo incólume o decreto sentencial.

É como voto.

Recife, 10/12/09

  
Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Revisor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

186 B

214

MÉRITO.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE E REVISOR)

Voto na mesma linha de entendimento do Relator.

A Turma está em harmonia em negar provimento ao apelo.

Peço o voto do Desembargador Alberto Virgínio.

---

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO

Com a Turma.

---

DECISÃO

"POR UNANIMIDADE DE VOTOS, FOI NEGADO PROVIMENTO AO APELO,  
MANTENDO INCÓLUME A SENTENÇA".

---

13

13